

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.603 - RS (2019/0182868-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : A S M DA S (PRESO)
ADVOGADO : LARA ROSA NUNES - RS093634
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por A S M DA S, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (fl. 750):

HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR. ART. 65 DA LEI Nº 4591/64. PLEITO DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. ATO PRATICADO PELA AUTORIDADE POLICIAL. ART. 24, I, A, DO REGIMENTO INTERNO DESTA TRIBUNAL. INCOMPETÊNCIA, DESTA CORTE, PARA EXAMINAR O SUPOSTO ATO ILEGAL. NÃO CONHECIMENTO. RESTITUIÇÃO DE APARELHOS CELULARES APREENDIDOS. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. LEVANTAMENTO DO SEQUESTRO DE BENS. MEDIDA DECRETADA EM PROCESSO DISTINTO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA MEDIDA CAUTELAR DE PROIBIÇÃO DE AUSÊNCIA DA COMARCA, POR PERÍODO SUPERIOR A 08 (OITO) DIAS, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO JUÍZO. IMPOSSIBILIDADE. A medida imposta é proporcional e adequada à espécie, considerando o delito imputado ao paciente, que teria sido cometido aproveitando-se da sua atividade laboral, em mais de um empreendimento colocado à venda pela construtora de sua propriedade, como forma de evitar a reiteração delitiva, bem como considerando os indícios de lesão ao patrimônio de diversas vítimas. Outrossim, não resta inviabilizado o exercício da atividade laboral, pelo paciente, que necessita acompanhar obras em outras cidades, bastando que, quando houver pretensão de afastamento da comarca, por período superior a oito dias, formule pedido de autorização ao juízo, previamente. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DENEGADA A ORDEM.

O recorrente está sendo investigado por estelionato, associação criminosa e crimes contra a economia popular.

Daí o presente recurso, em que se requer a revogação de medida cautelar imposta ou que seja aplicada a medida cautelar de não modificação de endereço domiciliar sem prévia comunicação ao juízo, sob a alegação de que se passou um ano e ainda não há denúncia, e o investigado não pode quedar-se em situação que lhe impede de locomover-se sem autorização do juízo, sendo a

Superior Tribunal de Justiça

medida descabida e desproporcional.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a revogação da medida cautelar imposta ao recorrente, extrai-se do acórdão (fls. 874/876):

Finalmente, no que resta a analisar, quanto à possibilidade de afastamento da medida cautelar imposta ao paciente, de proibição de se ausentar da Comarca onde reside por mais de 8 (oito) dias sem autorização do juízo, merece conhecimento o mandamus, devendo, no entanto, ser denegada a ordem.

Como já referido, o paciente foi investigado e, posteriormente, indiciado, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos 171, caput, e 288, caput, ambos do CP, e 65 da Lei nº 4591/64 (fls. 689/690). Na qualidade de proprietário de uma construtora, a prática criminosa sob apuração envolveria a venda fraudulenta de imóveis, sem a incorporação registrada, por cerca de 50% do valor de mercado local, facilitando o recebimento de valores de entrada e não concluindo as obras, rescindindo contratos de forma unilateral, sem ressarcimento dos respectivos valores às vítimas e/ou vendendo em duplicidade as mesmas unidades, tudo visando obter significativa vantagem patrimonial ilícita, procedimento que seria utilizado de forma reiterada e em todos os empreendimentos da construtora.

Assim, com o aporte de representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do paciente e demais investigados, **o ilustre juízo da origem entendeu ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema**, sendo suficiente a **imposição de medidas cautelares diversas**, quais sejam (fl. 539):

a) manter atualizado o endereço nos autos;

b) proibição de se ausentar da Comarca onde residem por mais de 8 (oito) dias sem autorização deste juízo.

Postula, a defesa, o afastamento da medida de proibição de se ausentar, o paciente, da comarca, sustentando que, em razão de seu ofício, possuindo empreendimentos em diversas cidades do Brasil, necessita, constantemente, deslocar-se para acompanhar as obras, demonstrando-se, a medida, extremamente gravosa.

Razão não lhe assiste, no entanto, pois a medida imposta é proporcional e adequada à espécie, considerando o delito imputado ao paciente, que teria sido cometido aproveitando-se da sua atividade laboral, em mais de um empreendimento colocado à venda pela construtora de sua propriedade, como forma de evitar a reiteração delitiva, bem como considerando os indícios de lesão ao patrimônio de diversas vítimas.

De outra parte, não se sustenta a alegação de que a medida seria extremamente gravosa, pois inviabilizaria a locomoção do paciente às demais cidades nas quais possui construções a serem acompanhadas, como bem referiu o ilustre juízo singular, ao indeferir mesmo pleito (fl. 735):

Superior Tribunal de Justiça

(...) considerando que a medida cautelar consistente em proibição de afastamento da Comarca onde reside por mais de 08 (oito) dias sem autorização deste Juízo, não impede o investigado de seguir com seu direito de ir e vir, sendo que apenas condiciona que seja informado a este Juízo o prazo e local para onde se deslocará o agente, inviável a revogação da medida.

Dessa forma, caso seja necessário o deslocamento do investigado, conforme afirma a defesa, para outras Cidades em que o agente tem empreendimentos, basta que informe este Juízo, com a devida antecedência, o tempo e o local da viagem, de modo que o pedido possa ser analisado.

Destaca-se que a medida imposta condiciona a necessidade de comunicação ao juízo, quando houver pretensão de afastamento da comarca por período superior a oito dias, de forma que, por períodos inferiores, nada impede o deslocamento do paciente. Nos demais casos, como referido, basta postular previamente ao juízo a respectiva autorização, não restando obstado o exercício de sua atividade profissional.

Destarte, inexistindo qualquer ilegalidade na manutenção da medida cautelar imposta pelo juízo da origem, deve ser denegada a ordem.

Na hipótese, o recorrente foi investigado e, posteriormente, indiciado, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos 171, caput, e 288, caput, ambos do CP, e 65 da Lei nº 4591/64 (fls. 689/690). Na qualidade de proprietário de uma construtora, a prática criminosa sob apuração envolveria a venda fraudulenta de imóveis, sem a incorporação registrada, por cerca de 50% do valor de mercado local, facilitando o recebimento de valores de entrada e não concluindo as obras, rescindindo contratos de forma unilateral, sem ressarcimento dos respectivos valores às vítimas e/ou vendendo em duplicidade as mesmas unidades, tudo visando obter significativa vantagem patrimonial ilícita, procedimento que seria utilizado de forma reiterada e em todos os empreendimentos da construtora (fls. 874/875).

O Tribunal de origem entendeu que a imposição de medida cautelar que consiste na proibição de o investigado ausentar-se da comarca onde reside por mais de 8 dias sem autorização do juízo não impede o exercício da atividade profissional do recorrente, além de ser adequada ao caso, considerando o delito imputado, *que teria sido cometido aproveitando-se da sua atividade laboral, em mais de um empreendimento colocado à venda pela construtora de sua propriedade, como forma de evitar a reiteração delitiva, bem como considerando os indícios de lesão ao patrimônio de diversas vítimas (fl. 875).*

Como efeito, a medida cautelar foi devidamente fundamentada com

Superior Tribunal de Justiça

esteio nas circunstâncias fáticas do delito e nas condições pessoais do acusado, acima explicitadas, destacando-se o possível risco de reiteração delitiva, o que atende aos imperativos legais quanto à adequação e proporcionalidade das medidas, na forma exigida pelo artigo 282 do CPP.

Nesse contexto, apresentada fundamentação concreta para a imposição da medida cautelar, no sentido de evitar o risco de reiteração delitiva, não há falar em ilegalidade da exigência. A propósito:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ADEQUAÇÃO. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação das medidas cautelares de comparecimento mensal em Juízo para informar e justificar atividades, de proibição de se ausentar da Comarca sem autorização judicial, bem como de manter o endereço atualizado, evidenciada nas circunstâncias fáticas do crime e nas condições pessoais do acusado, tendo em vista a apreensão de 50 gramas de crack, apontando quantidade e periculosidade elevadas da droga -, bem como a reincidência - condenação por roubo qualificado no processo n. 001/2.14.0093743-2, não há se falar em ilegalidade.

2. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 93.524/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator